



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE AGOSTO

Setembro 2023

ÍNDICE

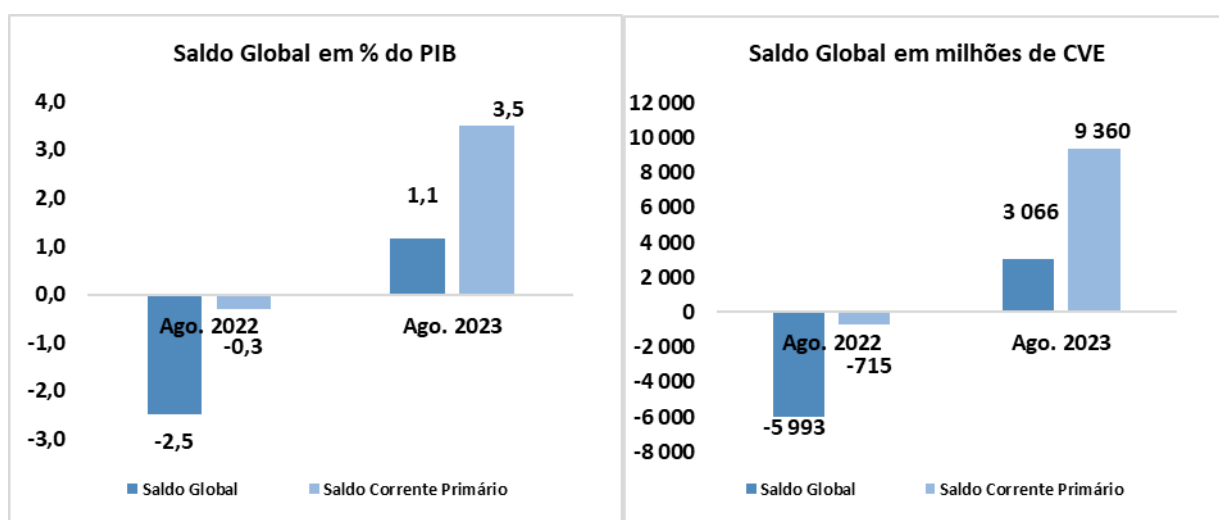
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Dívida Pública	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em agosto de 2023, foi positivo em 3.066,0 milhões de CVE, traduzindo-se num superavit de 1,1% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 3,6 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 3,8 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 3,5%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, da baixa execução dos ativos não financeiros, mas também da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em agosto de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 33,3% (+10.846,0 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 3,1% (+1.140,5 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, benefícios sociais, subsídios e transferências;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 38,5% (+646,2 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023			
	Orç. Inicial	Ago	Orç. Inicial	Ago	Grau Exec	Tax. Hom
1. Total Receitas	58 196	32 570	64 238	43 416	67,6	33,3
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	31 899	58 230	41 976	72,1	31,6
Impostos	41 184	27 847	44 350	33 222	74,9	19,3
Segurança Social	71	47	71	52	72,2	10,4
Transferências (donativos)	3 982	671	6 009	1 441	24,0	114,7
Corrente	2 820	612	2 970	1 228	41,3	100,6
Capital	1 162	59	3 038	213	7,0	262,2
Outras Receitas	12 960	4 006	13 808	8 702	63,0	117,2
2. Total Despesas	62 112	36 886	66 108	38 027	57,5	3,1
Despesas com Pessoal	24 326	14 738	24 581	14 033	57,1	-4,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	5 956	14 765	6 665	45,1	11,9
Juros Correntes	5 541	3 389	5 877	4 007	68,2	18,2
Subsidios	1 008	1 042	2 022	1 798	88,9	72,6
Transferências	6 663	3 445	6 502	3 579	55,0	3,9
Corrente	6 097	3 175	5 899	2 912	49,4	-8,3
Capital	566	270	604	175	29,0	-35,1
Benefícios Sociais	8 316	5 667	9 143	6 278	68,7	10,8
Outras despesas correntes	3 868	1 803	3 218	1 064	33,1	-41,0
Valor a regularizar	0	845	0	604	0,0	-28,6
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-4 316	-1 869	5 390	-288,3	-224,9
4. Ativos não Financeiros	10 217	1 677	11 156	2 324	20,8	38,5
Compra ativos não financeiros	10 625	2 058	11 904	2 416	20,3	17,4
Venda ativos não financeiros	408	380	747	93	12,4	-75,6
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-5 993	-13 026	3 066	-23,5	-151,2
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,9	-2,5	-4,9	1,1	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-715	1 573	9 360	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	-0,3	0,6	3,5	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-2 604	-7 149	7 073	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,6	-1,1	-2,7	2,6	-	-
6. Financiamento	14 134	6 694	13 026	-3 537	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	1 241	1 955	-1 559	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	26	194	52	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-676	-1 851	-449	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-951	-2 200	-1 940	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	2 842	3 685	778	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	5 453	11 071	-1 978	-	-
Interno líquido	11 412	6 858	6 641	-2 014	-	-
Sistema bancário	11 597	6 055	6 828	-1 428	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-84	-187	-57	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BC	0	139	0	171	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-763	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-2 211	0	-99	-	-
Sistema não bancário	0	3 722	0	-351	-	-
Externo líquido	7 085	-1 405	4 430	36	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	3 448	15 013	6 240	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-4 854	-10 606	-6 204	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	701	0	-471	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até agosto de 2023 cifraram-se em 43.509,1 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 32,0%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Ago	Orç. Inicial	Ago		
Impostos	41 184	27 847	44 350	33 222	74,9	19,3
Imposto único sobre rendimentos	11 230	6 298	10 968	8 419	76,8	33,7
IR-PS	6 799	4 057	6 923	4 136	59,7	2,0
IR-PC	4 431	2 242	4 045	4 282	105,9	91,0
Outros impostos directos	649	345	165	457	276,9	32,3
Tributo Especial Unificado - TEU	617	345	132	456	345,6	32,4
Taxa de Incêndio	31	1	33	1	1,7	0,4
Imposto sobre bens e serviços	20 129	14 288	23 037	17 075	74,1	19,5
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	11 060	17 939	13 261	73,9	19,9
IVA DGA	8 934	6 623	9 551	6 940	72,7	4,8
IVA DGCI	6 892	4 436	8 389	6 322	75,4	42,5
Imposto consumo especial	2 477	1 933	2 605	2 053	78,8	6,2
Taxa de Tabaco	323	217	470	256	54,4	17,6
Contribuição turística	475	455	946	859	90,8	88,9
Taxa ecológica	728	441	756	454	60,1	3,1
Taxa estatística aduaneira	300	183	320	192	59,9	4,8
Impostos sobre transações internacionais	8 407	6 379	9 351	6 720	71,9	5,3
Direitos de importação	8 067	6 116	8 991	6 431	71,5	5,2
Taxa comunitaria CEDEAO	340	263	360	289	80,2	9,7
Outros impostos	769	536	829	552	66,5	3,0
Imposto de selo	719	499	769	516	67,1	3,3
Imposto especial sobre jogos	50	37	60	36	59,8	-2,3
Segurança Social	71	47	71	52	72,2	10,4
Contribuições para a segurança social	0	46	0	51	-	10,5
Outras Contribuições	0	0	1	0	69,7	6,6
Transferências	3 982	671	6 009	1 441	24,0	114,7
De Governos Estrangeiros	3 378	309	5 225	1 074	20,6	247,3
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	-
Ajuda Alimentar	300	48	98	94	95,7	96,3
Donativos directos	2 253	261	4 278	870	20,3	232,8
De Organizações Internacionais	80	118	302	112	37,0	-5,6
Das Administrações Públicas	523	243	481	254	52,8	4,6
Outras Receitas	12 960	4 006	13 808	8 702	63,0	117,2
Rendimentos de propriedade	5 444	225	5 562	4 433	79,7	1866,2
Venda de bens e serviços	5 957	3 418	6 716	3 710	55,2	8,5
Multas e outras penalidades	342	153	361	278	77,0	81,2
Outras transferências	337	71	391	130	33,4	84,1
Outras receitas diversas e não especificadas	880	138	778	151	19,4	9,0
Receitas	58 196	32 570	64 238	43 416	67,6	33,3
Ativos e Passivos	408	380	747	93	12,4	-75,6
Ativos não Financeiros	408	380	747	93	12,4	-75,6
TOTAL RECEITAS	58 604	32 951	64 986	43 509	67,0	32,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até agosto de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 43.416,3 milhões de CVE, registando um acréscimo de 33,3%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+33,6%), dos impostos indiretos (+14,8%), segurança social (+10,4%), outras receitas (+117,2%) e das transferências (+114,7%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 33,6% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 4.136,2 milhões de CVE, registando um ligeiro aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 2,0% (79,6 milhões de CVE), resultante da evolução positiva das categorias A, B e C em 4,5%, 4,2% e 8,2%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que nenhuma das categorias atingiram os montantes previstos para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em (277,3 milhões de CVE; 6,3%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 4.282,4 milhões de CVE, dos quais, 2.262,2 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 2.020,1 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 2.040,8 milhões de CVE (+91,0%) e da previsão, em 1.431,9 milhões de CVE (+50,2%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança tanto em sede do imposto sobre lucro, como em sede do fracionado de março e agosto. De ressaltar, no entanto, que não obstante o aumento exponencial da cobrança, no respeitante ao IRPC devido do mês de maio, a cobrança ficou abaixo do declarado, uma vez que o montante a pagar constante nos Modelos 1B entregues, ascendeu a cifra dos 2.348,3 milhões de CVE, ficando ainda por cobrar o montante de 539,4 milhões de CVE, dos quais 503,0 milhões de CVE estão sendo pagos em prestações, com vencimento até final do ano.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 456,5 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 111,7 milhões de CVE

(+32,4%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento da atividade económica e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 42,5 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 14,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 13.261,3 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 2.201,6 milhões de CVE (+19,9%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 4,8% (+316,3 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 42,5% (+1.885,3 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores alojamento e restauração (+1 290,0 milhões de CVE; 146,1%); comércio por grosso e a retalho (+101,0 milhões de CVE; 8,3%); e indústrias transformadoras (+122,4 milhões de CVE; 25,2%). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 12,5 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.748 em 2022 para 1.995 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 859,1 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 404,4 milhões de CVE, tendo superado a média de cobrança registada em 2019 (83 milhões de CVE), justificado pelo aumento substancial da procura turística registado no período comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em relação à previsão verificou-se uma cobrança acima do montante estipulado, em 273,7 milhões de CVE (+46,8%).
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 5,3% (+340,7 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 5,2% (+315,3 milhões de CVE),

justificado pelo aumento do valor da importação, e também verificou-se um aumento na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 9,7% (+25,4 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 515,6 milhões de CVE, dos quais 312,6 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 203,0 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 16,7 milhões de CVE (+3,3%) face ao período homólogo anterior e de 7,3 milhões de CVE (+1,4%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 36,1 milhões de CVE, registando um decréscimo de 2,3% face ao período homólogo, ficando abaixo da previsão em 8,4%.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 255,6 milhões de CVE correspondente a um aumento de 17,6% (+38,3 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 191,8 milhões de CVE correspondente a um incremento 8,7 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.440,3 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 114,7% (+769,4 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +764,9 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pela diminuição das transferências de organizações internacionais em -6,6 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em +11,1 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 117,2% (+4.696,0 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+4.207,3 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela entrada da renda de concessões aeroportuárias;

- Venda de bens e serviços (+292,1 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal; e
- Multas e outras penalidades (+124,5 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em agosto de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 75,6% (-287,6 milhões de CVE) comparativamente a agosto de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em agosto de 2023, atingiram os 40.443,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,8% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023			
	Orç. Inicial	Ago	Orç. Inicial	Ago	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 326	14 738	24 581	14 033	57,1	-4,8
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	13 313	22 414	13 182	58,8	-1,0
Segurança Social	2 120	1 425	2 167	850	39,2	-40,3
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	5 956	14 765	6 665	45,1	11,9
Juros Correntes	5 541	3 389	5 877	4 007	68,2	18,2
Dívida interna	3 413	2 138	2 315	2 162	93,4	1,1
Dívida externa	2 052	1 226	3 486	1 791	51,4	46,1
Outros encargos	76	25	77	55	71,4	117,1
Subsídios	1 008	1 042	2 022	1 798	88,9	72,6
Transferências Correntes	6 663	3 445	6 502	3 579	55,0	3,9
Governos Estrangeiros	504	91	598	124	20,7	36,7
Organismos Internacionais	472	16	474	29	6,2	77,6
Administração Pública	5 687	3 338	5 431	3 425	63,1	2,6
Benefícios Sociais	8 316	5 667	9 143	6 278	68,7	10,8
Outras Despesas Correntes	3 868	1 803	3 218	1 064	33,1	-41,0
Valor a regularizar	0	845	0	604	-	-28,6
Despesas	62 112	36 886	66 108	38 027	57,5	3,1
Ativos e Passivos	10 625	2 058	11 904	2 416	20,3	17,4
Ativos não Financeiros	10 625	2 058	11 904	2 416	20,3	17,4
TOTAL DESPESAS	72 737	38 944	78 012	40 443	51,8	3,8

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 31 de agosto de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 38.026,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,1% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+11,9%), Subsídios (+72,6%), Juros correntes (+18,2%), Transferências (+3,9%), Benefícios Sociais (+10,8%) e conjugado com a diminuição Despesa com o pessoal (-4,8%) de Outras Despesas (-41,0%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 4,8% (-705,2 milhões de CVE), decorrente de despesas:
 - i. Contribuição para Segurança Social (-575,0 milhões de CVE), justificado pelo atraso no processamento de pagamento das contribuições, na decorrência da implementação do novo sistema de envio da FOS (Folha Ordenado e Salário);
 - ii. Pessoal do quadro (-204,1 milhões de CVE), derivado (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, que ocorreram em 2022, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022.

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 11,9% (+708,5 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+512,4 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços;
 - ii. “Deslocação e Estadas” (+122,5 milhões de CVE) com destaque no Gabinete do Primeiro Ministro, à Presidência da República, na Assembleia Nacional, no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto e nos ministérios das Finanças e do Fomento Empresarial, da Agricultura e Ambiente,

- Dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional e do Turismo e Transportes das Comunidades e da Economia Digital;
- iii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+126,1 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro)”; preparação projeto Cabo Verde Digital e Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo urbano da água –Etar de Santa Cruz;
 - iv. “Honorários” (+111,1 milhões de CVE), com destaque aos setores das Finanças e do Fomento Empresarial, da Educação, da Saúde, da Agricultura e Ambiente, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, da Cultura e das Indústrias Criativas e do Adjunto do Primeiro –Ministro para a Juventude e do Desporto;
 - v. “Energia Elétrica” (+42,0 milhões de CVE) referente a regularização de pagamento de consumo de energia;
 - vi. “Rendas e Alugueres” (+25,4 milhões de CVE);
 - vii. “Publicidade e Propaganda” (+24,1 milhões de CVE), com destaque ao Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, no âmbito do projeto “Preparação PEDS II”, “Fomento do Empreendedorismo Jovem” “Sorteio da Fatura da Felicidade” e “Programa Cidadania Fiscal”;
 - viii. “Publicidade dos Atos e Decisões Administrativas” (+20,5 milhões de CVE), com destaque ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência Conselho de Ministro e na Assembleia Nacional, na liquidação das faturas pendentes junto da Imprensa Nacional de Cabo Verde;
 - ix. “Vigilância e Segurança” (+19,8 milhões de CVE) com destaque aos seguintes setores da Educação, da Saúde das finanças e do Fomento Empresarial e da Cultura e das Industrias Criativas.
 - x. “Comissões e Serviços Financeiros” (+16,5 milhões de CVE) no âmbito de pagamento de comissões bancárias pagas às diversas instituições financeiras relativas ao ano transato;
 - xi. “Transporte” (+16,3 milhões de CVE);

- xii. “Conservação e Reparação de Bens” (+9,8 milhões de CVE) no âmbito de contrato para execução de trabalhos complementares “empreitada de remodelação do edifício Galerias – Lote 1” e do contrato no âmbito da manutenção dos navios Ilhéus dos Pássaros e da Ponta Nhô Martinho;
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 18,2% (+617,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 46,1% (+564,8 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 72,6% (+755,9 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 10,8% (+611,1 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação 8,4% (+300,5 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 10,1% (+127,7 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 11,5% (+27,2 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em numerário em 28,2% (+87,5 milhões de CVE) e evacuação de Doentes em 9,2% (+ 23,3 milhões de CVE);
- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 3,9% (+133,5 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica:
 - i. Outras transferências correntes em +50,3% (+41,4 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista;

- ii. Municípios corrente em 10,7% (+248,2 milhões de CVE), justificado pelo projeto “Reforço do sistema alimentar das famílias em situação aguda de insegurança alimentar e nutricional” financiado pela FAO/donativos, e do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo Desenvolvimento do Turismo.
- o As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 41,0% (-739,6 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pela diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 460,3 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente) e Indeminizações em 359,6 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em agosto situou-se na ordem dos 603,7 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 2.416,4 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 358,6 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 630,8 milhões de CVE, “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 450,0 milhões de CVE, “Aquisição de Bens e Serviços” com uma execução de 152,3 milhões de CVE, “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 172,7 milhões de CVE, “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em CV em 6 Ilhas” com uma execução de 96,4 milhões de CVE, “Programa de Regeneração do Habitat” com uma execução de 90,4 milhões de CVE, “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” com uma execução de 48,9 milhões de CVE, “Modernização da DNRE” com uma execução de 33,5 milhões de CVE, “Abastecimento de Água

e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 28,1 milhões de CVE, “Funcionamento - Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 30,6 milhões de CVE, “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” com uma execução de 25,6 milhões de CVE, “DGASP - Implementação de Políticas e Promoção do Desenvolvimento Rural” com uma execução de 23,1 milhões de CVE, “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 22,7 milhões de CVE, “Eletrificação Rural Santiago” com uma execução de 22,6 milhões de CVE, “Centro de Artesanato de S. Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE e “Resiliência do Setor Agrário com as Mudanças Climáticas em CV” com uma execução de 21,7 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 92,9% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 7,1% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 982,3 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 250,5 milhões de CVE, o P.N.U.D. com 77,4 milhões de CVE, o Portugal com 68,1 milhões de CVE, o “*GLOBAL ENVIRONMENT FUND*” com 57,1 milhões de CVE, União Europeia com 52,5 milhões, a F.A.O. com 43,1 milhões de CVE, Nações Unidas com 64,3 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com 38,8 milhões de CVE, a Nama *Facility-Giz* com 29,5 milhões de CVE, a F.I.D.A. com 26,3 milhões de CVE e a O.M.S. com 23,3 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 1.830,2 milhões de CVE, equivalente a 64,0% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque ao “Infraestruturas Modernas e Seguras” (638,8 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Marítima” (181,9 milhões de CVE), “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (140,3 milhões de CVE), Modernização do Estado e da Administração Pública (134,2 milhões de CVE), “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (124,9 milhões de CVE), “Cabo Verde

Plataforma Digital e da Inovação” (115,9 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (112,1 milhões de CVE), “Proteção Social” (92,4 milhões de CVE), “Desenvolvimento do Capital Humano” (73,6 milhões de CVE); “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (52,5 milhões de CVE), “Programa Cabo Verde Plataforma do Turismo” (52,8 milhões de CVE), “Água e Saneamento” (46,3 milhões de CVE), “Desenvolvimento Empresarial” (34,7 milhões de CVE) e “Habitação, Desenvolvimento Urbano e Gestão do Território” (13,5 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Agosto	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	37 585	57,5	92,9
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	37 261	57,8	99,1
OFN	907	324	35,8	0,9
Externo	12 615	2 858	22,7	7,1
Donativo	4 692	982	20,9	34,4
Empréstimo	7 834	1 830	23,4	64,0
Ajuda alimentar	88	45	51,0	1,6
Total da Despesa	78 012	40 443	51,8	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 31 de agosto de 2023, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 291.796,6 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 89.956,9 milhões de CVE (33,7% do PIB) e à dívida externa 201.839,7 milhões de CVE (75,5% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 109,2%, cerca de 14,2 p.p. abaixo do registado em agosto de 2022.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	agosto 22	agosto 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	298 022,2	291 796,6	-2,1	123,4	109,2
Dívida Interna	93 602,9	89 956,9	-3,9	38,8	33,7
Dívida Externa	204 419,4	201 839,7	-1,3	84,6	75,5

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasing* do PIB.